



Inventariar e cartografar: um olhar para a patrimonialidade do Xixá

Luana Nunes Martins de Lima¹

Resumo: O artigo se vincula ao projeto de pesquisa “Cartografia participativa e colaborativa do patrimônio cultural: por uma reflexão geográfica da patrimonialidade”, cuja proposta é lançar luz sobre o patrimônio goiano não reconhecido por órgãos de preservação, mas que é valorado, produzido e pensado pelos sujeitos que vivem nas localidades estudadas. Elegemos inicialmente a cidade de Itapuranga (GO), antigo povoado do Xixá, que, assim como diversas cidades do interior goiano vive desafios na preservação de seu patrimônio edificado. Propomos a construção de um processo de identificação, catalogação e mapeamento do acervo simbólico e patrimonial da cidade, por meio de uma cartografia participativa e colaborativa, a qual dialoga também com os Inventários Participativos (Iphan). Realizamos revisão teórico-conceitual, pesquisa documental, levantamentos em mídias e redes sociais para a identificação de referências culturais locais, pesquisas de campo, entrevistas semiestruturadas e uma “Oficina da memória”. Como resultado, apontamos para formas de valorização do patrimônio cultural de Itapuranga por meio de ações que centralizam o sujeito pelo viés da memória. Elaboramos um Mapeamento do Patrimônio Cultural e um catálogo sobre a Fiação e a Tecelagem Artesanal, um saber-fazer arraigado na cultura local, registro que poderão integrar acervos de escolas, universidades e outras instituições locais.

Palavras-chave: Inventário cultural; cartografia participativa; patrimonialidade; patrimônio cultural; Itapuranga (GO).

Introdução

Inventários participativos são instrumentos culturais que podem preencher uma lacuna nas políticas de patrimonialização brasileiras ora postas. Em 2000, quando o patrimônio imaterial passou a figurar no rol das políticas do patrimônio como referências culturais para a sociedade brasileira, surgiu também o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), como amparo legal para, juntamente com o registro e o tombamento, reconhecer e registrar o patrimônio cultural. De acordo com Silva (2020, p. 207), o INRC é conduzido de maneira sistemática.

[...] estão inseridas no processo 4 categorias de bens culturais para amparar e organizar os inventários: saberes, celebrações, linguagens e espaços. Cada categoria possui sua particularidade e seus fundamentos. Assim como todo instrumento legal, há uma metodologia a ser seguida para o INRC. O método que faz parte desse processo é o

¹Docente do Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio e do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás. Doutora em Geografia (Universidade de Brasília). Email: luana.lima@ueg.br. Apoio financeiro concedido pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual de Goiás, através de Recurso financeiro proveniente do Pró-Programas Edital/Convocatória PrP/UEG n. 021/2022).



etnográfico, e no âmbito dos Inventários ele engloba 3 etapas: de acordo com Nito e Scifoni (2017, p.42) o levantamento preliminar define, basicamente, a rede de contatos e a delimitação espacial, a identificação, que delimita as entrevistas e as conversas locais e o produto final ou documentação, que define a forma como o material será socializado ou divulgado.

A Constituição de 1988 ampliou o conceito de patrimônio cultural, o que permitiu que os processos de democratização do patrimônio cultural brasileiro também vislumbassem novos horizontes. Para aproximar cada vez mais os cidadãos dos profissionais e técnicos que conduzem os inventários, e entendendo que diante de uma diversidade cultural tão ampla seria impossível essa condução dos inventários apenas de maneira institucionalizada, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 2016, elaborou o Manual de Aplicação “Educação Patrimonial: Inventários Participativos” a fim de dar autonomia ao público em geral para experimentar, documentar e identificar o seu próprio patrimônio cultural, ainda que de forma não regulada por legislação específica em âmbito federal, como os dispositivos do registro, do tombamento e do Inventário Nacional.

O objetivo principal da pesquisa que deu corpo a este artigo é desenvolver uma cartografia participativa e colaborativa, identificando e mapeando os bens que compõem o patrimônio cultural de Itapuranga (GO), antigo povoado do Xixá, que, conforme expôs Lima (2017), assim como diversas cidades do interior goiano, vive desafios na preservação de seu patrimônio, sobretudo aqueles edificadas. Esse mapeamento possibilitará compreender a dinâmica do patrimônio cultural com base na compreensão dos usos e valores locais.

Metodologicamente, propomos a construção de um processo de identificação, catalogação e mapeamento do acervo patrimonial do município (bens culturais locais que não necessariamente devem se encaixar nos critérios dos órgãos de preservação institucional), por meio de uma cartografia participativa e colaborativa, com base nas categorias propostas pelo Manual de Aplicação de Inventários Participativos do Iphan (2016). Compilamos, através de fontes orais e registros locais, um banco de dados sobre elementos, práticas, lugares e sujeitos que são referências da cultura de Itapuranga (GO)331111. Para isso desenvolvemos uma Oficina da Memória com a participação de alunos de uma escola pública local e uma artesã (fiandeira, tecedeira) e produtora rural. Visitamos e entrevistamos muitos detentores de saberes locais, registrando seus ofícios e suas histórias de vida. Além disso, entre 2020 e 2021, período mais crítico da pandemia do Corona Vírus, a qual condicionou o



distanciamento social, desenvolvemos algumas técnicas da etnografia em mídias e redes sociais como estratégia de coleta de dados, tendo por base o que foi proposto por Zanini (2016).

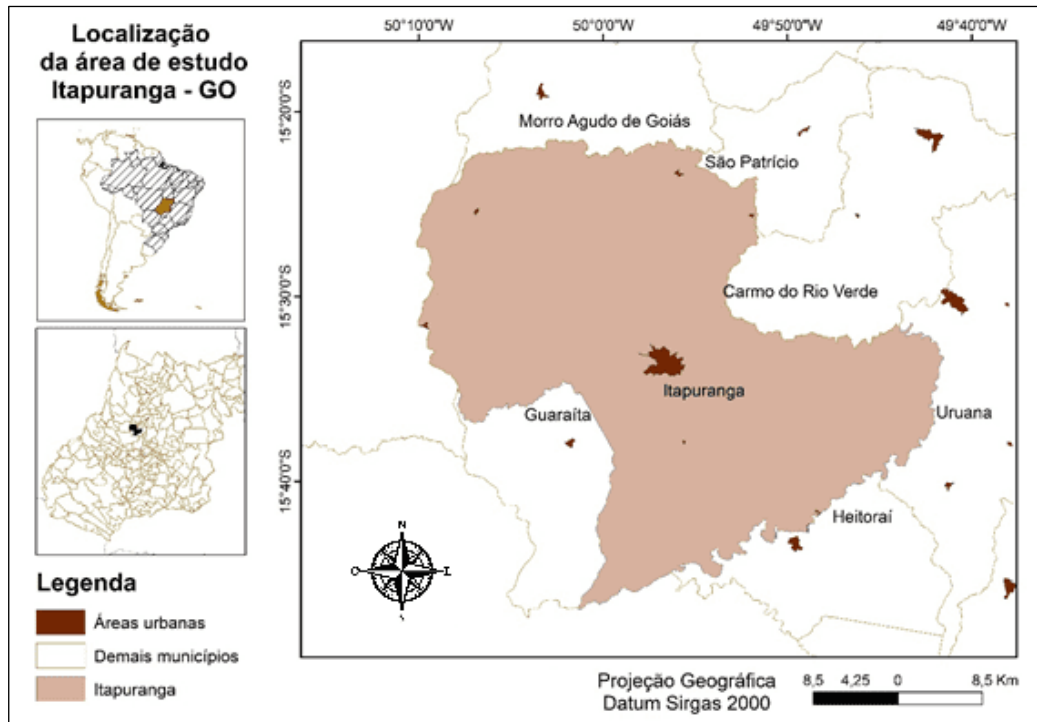
Outra etapa para a coleta de dados foram as entrevistas realizadas com fiandeiras e tecedeiras do Xixá, mediante o uso de técnicas da história oral, cujo objetivo foi retratar e registrar as narrativas advindas das memórias das entrevistadas. Assim, o levantamento destes saberes e dos relatos de vida foi realizado através da oralidade (gravação de áudio) e de registros fotográficos, evidenciando todo o processo e os instrumentos utilizados, os quais compõem o patrimônio cultural de Itapuranga.

As memórias identificadas e narrativas obtidas integrarão a criação de uma cartografia colaborativa e participativa resultante do diálogo com o território mapeado: uma representação do patrimônio cultural e da memória coletiva. Estes elementos foram aglutinados para uma produção cartográfica em software de geoprocessamento, na qual cada item será georreferenciado e contemplado no “Mapa do Patrimônio Cultural de Itapuranga”, projeto em andamento.

Caracterização da área de estudo

O município de Itapuranga está localizado na região Centro Oeste do estado de Goiás, a 153 km de Goiânia, capital do estado. Faz parte da microrregião de Ceres, possuindo uma área de 1.276,479 km², com população de 26.113 habitantes e densidade demográfica corresponde a 20,38 hab./km² (IBGE, 2022). O município é limítrofe de Morro Agudo e São Patrício ao norte, de Carmo do Rio Verde, Uruana e Heitoraiá a leste, de Goiás e Guaraíta a sul, e de Faina a oeste. Seus distritos são Cibele e Diolândia, e com respectivos povoados de Lages e Vila São José.

Figura1: Mapa de localização do município de Itapuranga (GO).



Elaboração : Laís Naiara Gonçalves dos Reis, 2019.

Segundo Silva (2007), apesar do êxodo rural acentuado na década de 1980, a região onde situa-se o município manteve-se ligada econômica e social e culturalmente ao campo, o que torna os trabalhadores rurais, com suas experiências e organizações, um grupo primordial para a história local. Acrescentamos que as referências culturais desses sujeitos do campo singularizam a produção do patrimônio cultural do município.

Xixá era nome do antigo povoado que deu origem à cidade, atribuído a um cognato da palavra “chichazeiro”, uma árvore nativa da região do Cerrado, numerosa na região. Como marca da história de diversas cidades no estado de Goiás, o povoado inicia-se ligado a religiosidade de seus habitantes, os quais se organizaram e construíram um local fixo de encontros religiosos, fincando assim, a construção da primeira capela católica na região. No Livro do Tombo da Igreja Nossa Senhora de Fátima há o registro da primeira missa celebrada no povoado:

Em 1914, o Vigário requereu e adquiriu do Estado de Goiás para a Igreja uma gleba de 105 ha de campo e mão, à margem esquerda do Ribeirão Canastra. No mesmo ano, em data não identificada, o Vigário Frei Benevenuto Calazans celebrou a primeira missa no novo Patrimônio. O santo sacrifício foi oferecido a Deus, ao ar livre, à sombra de frondoso chichazeiro com a assistência da população vizinha. Daí a origem do nome primeiro que tomou a povoação e foi grafada Xixá.



Desde sua ocupação inicial, a paisagem da cidade se reinventa, ao passo que casarões e antigos monumentos são abandonados ou encontram-se em deterioração na área urbana pioneira. Por outro lado, a cidade apresenta importantes bens patrimoniais materiais e simbólicos que podem se revelar na resistência de vínculos afetivos com a história e com o espaço urbano.

Patrimonialidade, cartografias e inventários: desvendando caminhos possíveis

Poulot (2009) diferencia a patrimonialidade do fenômeno de patrimonialização, designando a primeira como “a modalidade sensível de uma experiência do passado, articulada com uma organização do saber – identificação, atribuição – capaz de autenticá-lo” (POULOT, 2009, p. 28). Ou seja, a patrimonialidade escapa à construção institucional de um patrimônio ou manutenção daqueles já oficialmente “construídos”. E por essa razão, é um conceito que fundamenta esta pesquisa. “A patrimonialidade é o sentido de “Ser” do patrimônio – são os acúmulos de significados que, pela memória, fazem de uma rua, de uma casa, de um monumento, de uma igreja, de uma festa, patrimônios do lugar” (LIMA, 2017, p. 207).

Com esse entendimento, identificamos que a memória, ao estabelecer o elo entre o passado e o presente, geram sentidos de patrimonialidade, ainda que não haja reconhecimento institucional do patrimônio, conforme também foi observado em Lima (2017).

Se a perspectiva de patrimonialização legitima o discurso da preservação como requisito para manutenção da memória (e até da identidade) de um povo (CHOAY, 2001); a patrimonialidade, por sua vez, tenciona a dialética material-simbólica do patrimônio. Isso porque, mesmo calcada na memória sobre bens materiais no espaço da cidade, não cogita, necessariamente, reparos, restauros, reformas estruturais e originalidade. Para Gonçalves (2015), em se tratando de patrimônio, a “perda”, assumida como um dado, na verdade se torna uma construção, na qual se postula, conseqüentemente, concentrar os esforços no trabalho positivo da preservação. Assim, na essência do que consideramos ser a “patrimonialidade”, o patrimônio cultural resiste e, ainda que seja desapropriado de sua base material (edificações, monumentos etc), ele se reconstrói, se recria, se reelabora no presente das cidades (LIMA, 2017).



Esse sentido de patrimonialidade é um caminho possível para desenvolver o mapeamento das referências culturais, por meio de uma cartografia participativa e colaborativa. A cartografia que almejamos como produto é uma atividade coletiva de criação, compartilhamento, registro e publicação, buscando a visibilidade para elementos que integram os bens culturais comuns de Itapuranga. Nesse sentido, a cartografia não necessariamente deve ser análoga às técnicas de precisão e georeferenciamento, mas se configura como um dispositivo de interpretação espacial daqueles que estão abertos e dotados da sensibilidade necessária para a observação e para a mobilização das memórias.

Al margen de lo que podríamos considerar como unas prácticas cartográficas hegemónicas, minoritarias, elitistas, al servicio del poder y/o de la ciencia, en las que el mapa funciona como un instrumento creado por profesionales de acuerdo con protocolos altamente definidos y con un relativamente restringido programa de usos y finalidades; también han existido otras cartografías alternativas: heterogéneas, radicales, tácticas, ciudadanas, participativas, colaborativas, ambiguas, abiertamente subjetivas, cotidianas (FREIRE; ONRUBIA, 2010, p. 3).

Entendemos que o mapa não precisa ser pensado como mero produto, mas como processo dinâmico e nunca definitivo. Quando produzido pela comunidade, ou quando a mesma é protagonista em sua produção, o mapa/mapeamento se transforma em um exercício de memória e revela percepções contrastantes da paisagem local (SEEMANN, 2010).

Segundo Martins (2020), há diferentes formas de cartografias aplicadas à preservação do patrimônio, bem como diferentes denominações, tais como cartografia participativa, mapas mentais, etnomapeamento, automapeamento, cartografia cultural, cartografia afetiva, etc. É consenso, entretanto, que a participação dos sujeitos é uma das características centrais e definidoras desse conjunto variado de metodologias, o que fez com que a referida autora as reunisse sob a denominação de “Cartografia participativa”.

Ainda outras pesquisas nortearam nosso entendimento sobre a cartografia que lançamos mão. O termo “cartografia afetiva” foi desenvolvido por Pereira (2016), autora que se apoiou na Internacional Situacionista (IS), grupo de cunho político e artístico, referência para pensar a cidade a partir dos espaços coletivos portadores de histórias subjetivas. Segundo a autora, a *psicogeografia* surgiu em 1955 no texto “*Introdução a uma crítica da geografia urbana*”, de Guy Debord. A psicogeografia, desenvolvida sobretudo na década de 1990 em Londres, buscava produzir uma cartografia subjetiva das diferentes ambiências psíquicas provocadas pelas caminhadas urbanas, a fim de demonstrar em que medida somos



contaminados pelo espaço no qual vivemos e com o qual nos relacionamos, bem como as várias subjetividades que os lugares carregam. A partir desse conceito, Pereira (2016) desenvolveu um projeto de pesquisa para construir uma cartografia de afetos que poderia ser realizada não só por ela mesmo, mas por diversas pessoas. “Esse processo colaborativo originaria um arquivo de lugares afetivos da cidade, ideia que se ampliou para espaços subjetivos, muito além ou aquém do geográfico” (PEREIRA, 2016, p. 88).

Por meio do projeto, Pereira (2016) propôs às pessoas que construíssem seus “mapas de afetividades”, podendo ser criados por múltiplas linguagens: imagens, escritos, sons, objetos, etc. Nessas cartografias aparecem singularidades, vivências, lembranças, pessoas, lugares, espaços importantes da vida, ao mesmo tempo, individual e coletivo.

Martins (2020), por sua vez, buscou compreender o papel das cartografias participativas como ferramentas da identificação do patrimônio cultural a partir do levantamento de experiências de projetos de preservação do patrimônio cultural fomentados pelo poder público em nível federal (Iphan), destacando as especificidades dos contextos, e as contribuições que essas metodologias trouxeram para cada caso. A autora incluiu os inventários como instrumentos e ações antecedentes que forneceram condições para a posterior utilização de metodologias como as Cartografias Participativas. Para a autora “a cartografia chama atenção para a dimensão espacial do patrimônio, pensada não só a partir da localização no espaço de bens e referências culturais que o constituem, mas também a partir das relações sociais que constituem esses espaços mapeados” (MARTINS, 2020, p. 34).

As práticas atuais de inventários participativos devem ser entendidas como uma iniciativa cuja pretensão não é servir de instrumento de identificação e reconhecimento oficial de patrimônio, nem substituir as atuais ferramentas empregadas nos processos de proteção dos órgãos de preservação do patrimônio de qualquer esfera de governo. Antes, os inventários participativos são sugeridos como um exercício de cidadania e participação social, cujo objetivo primordial

[...] passou a ser a mobilização e sensibilização da comunidade para a importância de seu patrimônio cultural, por meio de uma atividade formativa que envolve produção de conhecimento e participação. A iniciativa visa propiciar aos usuários o contato com princípios de uma pesquisa de campo, técnicas básicas de levantamento documental, sistematização e interpretação de dados e difusão de informações. [...] Nessa atividade, é necessário um olhar voltado aos espaços da vida, buscando identificar as referências culturais que formam o patrimônio do local. (IPHAN, 2016, pp. 6-7).



Na cartilha elaborada sobre Inventários Participativos há ênfase no sentido de “referências culturais”, para além do conceito estabelecido como “patrimônio cultural”, o que contempla edificações, paisagens naturais, artes, ofícios, formas de expressão, modos de fazer, festas e lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado, “[...] são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar”. (IPHAN, 2016, p. 8). Ao inventariar e cartografar estes bens culturais, é possível descobrir e documentar o repertório de referências culturais que constituem o patrimônio da comunidade, do território em que ela se insere e dos grupos que fazem parte dela, sem a pretensão, contudo, de formalizar reconhecimento institucional por parte dos órgãos oficiais de preservação.

O processo de inventariar no Xixá: alguns resultados

Os pontos de diálogo entre a proposta de Pereira (2016) e a nossa em questão estão na ênfase do caráter subjetivo da cartografia, partindo da compreensão de que serão cartografados as referências culturais do próprio grupo, isso inclui memórias pessoais e coletivas. Além disso, contar com a possibilidade de que diferentes modos para a realização das cartografias afetivas são ativados mediante a proposição feita pelo “professor-artista-cartógrafo” (PEREIRA, 2016), isso se aproxima da proposta metodológica das Oficinas de Memória.

A proposta de uma cartografia participativa e colaborativa dialoga também com os “Inventários Participativos” sugeridos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), como está exposto a seguir.

Durante a realização da Oficina da Memória, por meio da participação dos alunos e professores participantes, foi possível o levantamento preliminar das seguintes referências culturais de Itapuranga:

Tabela 1: Levantamentos das referências culturais de Itapuranga a partir das Oficinas da Memória com base nas categorias propostas pelo Manual de Aplicação de Inventários Participativos do IPHAN (2016), com adaptação.

<i>Lugares</i>	Xixazão (núcleo pioneiro) Praça Marechal Castelo Branco	<i>Festas e celebrações</i>	Folia de Reis de Lages Festa do Povo
----------------	------------------------------------------------------------	-----------------------------	-----------------------------------------



	Gigante Adormecido Represa Associações rurais (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itapuranga e Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga) Café Rio Canastra Árvore do Xixá Fazenda Lapinha Cachoeira da Lavandeira Mirante		Folia do Rosário Festa do Peão Cavalgada Festa dos padroeiros Nossa Senhora de Fátima e São Sebastião
Edificações e monumentos	Pensão Maria Camilo (foi também a Primeira Agência dos Correios) Igreja Matriz Nossa Senhora de Fátima Cristo Redentor Biblioteca Municipal (Antiga Casa de Comércio) Chaminés da antiga fábrica de cerâmica Cital	Eventos	Feira do Pequeno Produtor Feira da Lua Feira Coberta André Xavier Mundim Domingo Cultural Jogo de Saia
Saberes	Fiandeiras Tecedeiras Violeiros Doceiras e boleiras Raizeiros	Sujeitos	Dona Crioula Maria Camilo Dona Generosa Sr. Najibe Dona Augusta (feira) Sr. Tunico
Artes e artesanatos	Sr. Tavares Carlos Mendonça Divina Cigana Artesão de Carro de boi (Distrito de Cibele)	Objetos	Antigos teares Antigas rodas de fiar Carros de Boi

Fonte: Dados coletados nas Oficinas da Memória e entrevistas (2019 a 2021).

Estas referências apresentadas expressam algo que está mais no senso comum da comunidade e atingem também as gerações mais novas. As referências da tabela seguinte já fazem parte de um conjunto de memórias individuais e coletivas que não necessariamente são lembrados por todos os grupos.

Diante do contexto da pandemia do Corona Vírus, nos anos de 2020 e 2021, buscamos ajustar também a metodologia de coleta de dados do projeto, incluindo formas de utilização de meios digitais, como as redes e mídias sociais. Em sua abordagem sobre etnografia em mídias sociais, Zanini (2016, p. 171) enfatiza que o ambiente online, principalmente nas redes e mídias sociais está repleto de espaços em que se forjam sistemas simbólicos únicos, estabelecendo rituais, modos específicos de comportamento, identidades, entre outros, de forma que a cultura pode ser estudada – de formas variadas: desde experiências vividas, memórias, rituais, eventos, conversações, linguagem escrita e oral, interações sociais, crenças,



religião e gestos até música e dança, por exemplo. Esse tipo de levantamento em redes sociais constitui-se também como uma espécie de mapeamento. Seemann (2001) ao discutir as possibilidades da cartografia cultural, elencou diversas possibilidades e alertou para o fato de que

[...] precisa-se superar as fronteiras disciplinares, visando a uma contextualização não apenas dos mapas, mas também de todo o processo de mapeamento. Cosgrove (1999:2) observa que o mapeamento não se restringe à matemática, mas que ela também pode ser espiritual, política ou moral, podendo incluir o que é lembrado, imaginado ou contemplado: “Por isso o mundo desenhado pelo mapeamento poder ser material ou não-material, presente ou desejado, inteiro ou em parte, experimentado, lembrado e projetado em várias maneiras”.(SEEMANN, 2001, p. 71).

No caso desta pesquisa, as representações presentes no ciberespaço refletem experiências e memórias do espaço vivido concreto e simbólico da comunidade itapuranguense, e não se trata apenas de localizá-las por coordenadas geográficas no mapa, mas agregá-las num todo que totalize as referências culturais, acione memórias e expresse a identidade local.

Assim, alguns perfis públicos em redes sociais e outras mídias foram selecionados para o levantamento dos bens culturais identificados pelos próprios moradores, para formular, a partir disso, novas leituras sobre o patrimônio local.

A essa forma de mapeamento, preferimos denominar como “cartografia colaborativa”. Martins (2020) aponta a diferença entre esta e a “cartografia participativa”. Segundo a autora, as cartografias colaborativas ou Geocolaboração estariam relacionadas com a cartografia que se faz a partir da rede de internet, a partir de dados gerados por usuários, que não necessariamente se constituiriam um grupo social e, portanto, se diferencia da noção de participação social presente nos mapeamentos participativos. Nestes últimos, os mapas são situacionais e refletem a visão do grupo que se encontra em oficinas, debates e outras formas de “mapear” seus territórios.

Embora tenhamos utilizado dados coletados em redes sociais e em produtos disponibilizados na internet para o mapeamento, utilizamos como critério metodológico a participação voluntária dos sujeitos na indicação/exposição do bem cultural mapeado, bem como a inserção desse bem cultural num conjunto de experiências coletivas compartilhadas, o que foi possível inferir por meio da interação dos moradores nas publicações e postagens sobre os bens.



Acrescentamos na tabela 2 os itens que integram esse levantamento prévio e não foram mencionados na Oficina da Memória realizada. Boa parte dos lugares e edificações foram visitados *in loco* por meio de uma caminhada transversal no Xixazão, bairro pioneiro da cidade, junto a uma moradora antiga, ex-professora e aposentada.

Tabela 2: Levantamentos das referências culturais de Itapuranga a partir de pesquisas, com base nas categorias propostas pelo Manual de Aplicação de Inventários Participativos do IPHAN (2016), com adaptação.

Lugares	Praça da rodoviária Praça Cunha Lima (Xixazão) Antiga e Primeira Rodoviária	Objetos	Carroças Canga de Boi (Canga de Guia) Antiga máquina de beneficiar arroz do Sr. Silvio Vieira.
Edificações e monumentos	Açougue do Zecão (Primeiro açougue da cidade) 1º prédio de Itapuranga, de propriedade do Sr. Izoldino, na localidade de Quebra-Coco Prédio do Banco do Brasil antigo Igreja em ruína (Distrito de Diolândia) Escola Estadual Coronel José Virgílio José de Barros Casarão Histórico Dr. Cunha Lima Casarão Centenário da Fazenda Lages Muro de pedras da Fazenda Lages Palácio da justiça (antigo fórum) Bar do Napoleão Cine Santa Maria Primeiro Hospital de Itapuranga e residência do Dr. José Fernandes da Cunha Lima Primeira Maçonaria de Itapuranga Casa do Pregó Cinema do Adalcino Biblioteca Municipal (Antiga Casa de Comércio) Pensão do Jacinto Cardoso Proago Primeira Boate de Itapuranga Residências pioneiras no Xixazão	Edificações antigas atualmente ausentes na paisagem	Cine Itapuranga Primeiro Sobrado da cidade Antiga Delegacia Bar do Clóvis Predinho do Bastião Preto Marcenaria do João Correia Pensão da Dona Preta Instituto (Escola Modelo) Antiga Prefeitura Municipal Primeiro Fórum Igreja São Sebastião Lavanderia Municipal
Saberes	Causos e histórias da roça	Eventos	Desfile Cívico em Comemoração ao 7 de setembro
Sujeitos	Luís Rodrigues da Silva (Fazenda Lages) Professora Magali Olinta Almeida Oliveira Benedito Ferreira dos Santos, (dito Ferreira) Geraldinho Gamela Thare Coutinho Professora Sandra Bilac Dona Daziza	Festas e celebrações	Festa de Nossa Senhora da Guia (Distrito de Diolândia) Folia de São Sebastião (Distrito de Guaraíta) Folia de Reis (Distrito de Guaraíta) Procissão de Ramos Encenação da Paixão de Cristo

Fonte: Dados coletados em redes sociais, páginas da internet e trabalhos acadêmicos em repositórios institucionais (2020).



A terceira etapa da pesquisa consistiu no desenvolvimento de um processo de identificação, mapeamento e catalogação das fiandeiras e tecedeiras de Itapuranga, contemplando este saber-fazer como um patrimônio cultural de Itapuranga, com vistas à sua valorização. Identificamos, ao todo, 49 mulheres fiandeiras e/ou tecedeiras no município, dentre as quais 40 foram entrevistadas, sendo 12 residentes na área rural e 28 na área urbana. Apesar dos esforços, não foi possível contemplar todo o universo de mulheres fiandeiras e tecedeiras do município, pois muitas realizam seu trabalho anonimamente e não foram indicadas na rede de contatos criada. Essa é a razão pela qual acreditamos que o trabalho do registro dessa referência cultural não se esgota com o catálogo produzido (MORAES; LIMA, 2022).

No período de formação do povoado do Xixá, atual município de Itapuranga (Goiás), nas primeiras décadas do século XX, mulheres migrantes oriundas de Minas Gerais trouxeram consigo os utensílios e o saber-fazer da fiação e da tecelagem artesanal. O ofício é historicamente desenvolvido por estas mulheres, desde o plantio do algodão até o último processo, que é a urdidura e a trama do tecido. As mulheres rurais naquele tempo já aprendiam a atividade como um pré-requisito para o casamento e para a complementação da renda familiar, produzindo cobertas, lençóis, toalhas, calças, camisas, entre outros, para uso próprio, de sua família e para a comercialização na região (MORAES; LIMA, 2022).

Figura 2: Etapas do processo de fiação e tecelagem artesanal.



Fonte: Fotografias e organização de Moraes e Lima (2022).

Atualmente, no município, encontra-se um grupo de mulheres bastante expressivo que preserva o saber-fazer da fiação e da tecelagem manual, ainda que com muitas limitações e mudanças em relação à forma como o mesmo era realizado no passado.

Figura 3: Mapeamento das fiandeiras e tecedeiras entrevistadas no município de Itapuranga (GO).



Projeção geográfica: Datum SIRGAS 2000. Coleta e organização dos dados: Jordana Pereira de Moraes (2021/2022). Elaboração: Luana Nunes Martins de Lima (2022).

Antigamente havia mutirões e traíções, práticas muito comuns de solidariedade entre camponeses devido à própria escassez de mão-de obra no campo, nas quais ocorre um ajuntamento combinado (mutirão) ou de surpresa (traíção) para adiantar algum trabalho, terminando em grande festa. Estas práticas não se realizam mais, com exceção do mutirão realizado em um evento anual no município, o “Domingo Cultural”. As atividades que eram



próprias do mundo rural foram introduzidas na área urbana, adaptadas aos espaços domésticos e aos quintais (MORAES; LIMA, 2022).

O principal objetivo do catálogo produzido foi contribuir para o registro, tanto do saber-fazer enraizado no município, quanto das histórias de vida dessas mulheres. Além disso, dar ênfase às memórias e narrativas desse grupo, evidenciando seu papel como sujeitos produtores da história e da identidade do Xixá (MORAES; LIMA, 2022). O mapa abaixo espacializa o saber-fazer como prática que singulariza o território rural e urbano do Xixá.

Considerações finais

Ao inventariar e cartografar estes bens culturais, é possível descobrir e documentar o repertório de referências culturais que constituem o patrimônio da comunidade, do território em que ela se insere e dos grupos que fazem parte dela, sem a pretensão, contudo, de formalizar reconhecimento institucional por parte dos órgãos oficiais de preservação. Para tal, faz-se necessário a pesquisa documental em arquivos municipais, pesquisa bibliográfica em materiais diversos, consulta a sítios eletrônicos na internet, visitas a centros culturais, bibliotecas, museus e instituições que trabalham com a cultura. É fundamental conversar com quem produz e conhece as referências culturais pesquisadas, como mestres de cultura popular, contadores de histórias, artesãos, pioneiros nas atividades que representam a cultura local, entre outros. Além disso, é importante buscar mais informações com professores, estudiosos e pessoas que trabalham em instituições de ensino local.

Em síntese, o patrimônio que resiste nestas cidades é a afirmação do patrimônio negado historicamente. A patrimonialidade é a negação do “esquecimento”, evidenciando que o patrimônio se mantém e é ininterruptamente reafirmado nas tradições, valores, ruralidades, práticas seculares que resistiram sem registro, sem tombo e sem visibilidade (LIMA, 2017).

Referências

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DIOCESE DE GOIÁS. **Livro de Tombo**. Igreja Católica de Itapuranga, 1962. Itapuranga, Goiás (manuscrito).



FREIRE, Juan; ONRUBIA, Daniel Villar. Práticas cartográficas cotidianas en la cultura digital. **Razón Y Palabra**, n. 73, Ago./Oct. 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199514908002> . Acesso em 01/06/21.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan.-jun. 2015.

IBGE. **Censo2022**. Disponível em: cidades.ibge.gov.br/brasil/go/itapuranga/panorama. Acesso: 10/11/2023.

IPHAN. **Educação Patrimonial: inventários participativos**. Manual de aplicação /Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, 2016.

LIMA, Luana Nunes Martins de. **Lugar e memória: o patrimônio goiano entre o esquecimento e a resistência**. 397 fls. Tese (Doutorado e Geografia) – Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

MARTINS, Ana Betânia de Souza Pimentel. **Cartografias participativas e preservação do patrimônio cultural: análise de projetos no âmbito do IPHAN e uma experiência de aplicação** no Recife, PE. Tese de Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

MORAES, Jordana Pereira de; LIMA, Luana Nunes Martins de. **Fiar memórias, tecer a história: fiandeiras e tecedeiras do Xixá [recurso eletrônico]** – Itapuranga, GO: Universidade Estadual de Goiás, 2022.

PEREIRA, Juliana Cristina. **Cartografias afetivas: proposições do professor-artista-cartógrafo-etc**. 286 fls. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

SEEMANN, Jörn. “Cartografia cultural” na geografia cultural: entre mapas da cultura e a cultura dos mapas. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 21, n. 2, p. 61-82, jul./dez. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/bgg.v21i2.4214>. Acesso: 10/11/2023.

SEEMANN, Jörn. Cartografia e cultura: abordagens para a geografia cultural. In: ROSENDHAL, Zeny; CORREA, Roberto Lobato (Orgs.) **Temas e caminhos da geografia cultural**. Rio de Janeiro: UERJ, 2010, v. 1, p. 115 – 156.

SILVA, Emanuely Mylena Velozo. A Importância do Inventário Participativo na Preservação do Patrimônio Cultural. **Revista Discente Ofícios de Clio**, Pelotas, v. 5, n. 8, p. 204-213, jan.-jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/clio/article/view/1900/1464>. Acesso: 10/11/2023.

SILVA, Valtuir Moreira da. **Trabalhadores(as) rurais em Itapuranga: (re)invenção no cotidiano de suas experiências de luta – 1956 – 1990**. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

ZANINI, Débora. Etnografia em mídias sociais. In: SILVA, Tarcísio; STABILE, Max (Orgs.). **Monitoramento e pesquisa em mídias sociais: metodologias, aplicações e inovações**. São Paulo: Uva Limão, 2016, pp. 163-185.